



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – REALIZADA NOS DIAS 10 e 11 DE JUNHO DE 2021

1 Nos dias dez e onze de junho de dois mil e vinte e um, na plataforma *Microsoft Teams*, foi realizada
2 a 21ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH. Estiveram
3 presentes na reunião as conselheiras e os conselheiros: Dia 10: Ailton Benedito de Souza (MPF);
4 Ayala Lindabeth Dias Ferreira (CASA BRASILEIRA); Darci Frigo (DHESCA BRASIL); Eduardo
5 de Carvalho Mota (MNMMR); Elisabeth Villela Costa (FNDC); Everaldo Bezerra Patriota (OAB);
6 Getúlio Vargas de Moura Júnior (CONAM); Herbert Borges Paes de Barros (SNPG/MMFDH);
7 Joselito de Araújo Sousa (PF); Marcelo Chalhó (OAB); Marcelo de Paulo Medeiros
8 (SNPG/MMFDH); Márcia Regina Ribeiro Teixeira (CNPQ); Maria Ribeiro da Conceição
9 (ANCED); Matheus Moreira e Silva de Aracoeli (MRE); Paulo Tavares Mariante (ABGLT);
10 Rogério Giannini (CFP); Romi Márcia Bencker (CONIC); Sandra Maria da Silva Andrade
11 (CONAQ); Virgínia Dirami Berriel (CUT); Vivian Oliveira Mendes (UNISOL BRASIL); Yuri
12 Michael Pereira Costa (DPU). Dia 11: Ailton Benedito de Souza (MPF); Darci Frigo (DHESCA
13 BRASIL); Eduardo de Carvalho Mota (MNMMR); Elisabeth Villela Costa (FNDC); Everaldo
14 Bezerra Patriota (OAB); Gabriel Saad Travassos do Carmo (DPU); Getúlio Vargas de Moura Júnior
15 (CONAM); Herbert Borges Paes de Barros (SNPG/MMFDH); Joselito de Araújo Sousa (PF);
16 Lucileine da Silva Souza (ENEGRECER); Marcelo Chalhó (OAB); Márcia Regina Ribeiro
17 Teixeira (CNPQ); Paulo Tavares Mariante (ABGLT); Ricardo Edgard Rolf Lima Bernhard (MRE);
18 Rogério Giannini (CFP); Romi Márcia Bencker (CONIC); Sandra Maria da Silva Andrade
19 (CONAQ); Virgínia Dirami Berriel (CUT); Vivian Oliveira Mendes (UNISOL BRASIL); Yuri
20 Michael Pereira Costa (DPU).

21

22 **Abertura da 21ª Reunião Extraordinária – Presidente Yuri Costa.** O Presidente Yuri Michael
23 Pereira Costa iniciou a reunião cumprimentando a todos e desejando boas-vindas aos conselheiros e
24 às pessoas que estão acompanhando a reunião pelas redes sociais. **Informes e Orientações Gerais**
25 **– Presidente Yuri Costa:** Dando sequência, informou que o CNDH se reuniu com a Comissão de
26 Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, Procurador Federal dos Direitos do
27 Cidadão, Defensor Nacional de Direitos Humanos e Subdefensor-Geral Federal e tratou sobre a
28 aproximação dessas instituições e sobre uma atuação estratégica, sobretudo, neste contexto de
29 desafios peculiares em relação à defesa dos direitos humanos. Informou também que iniciaram um
30 ciclo de reuniões com as presidências dos tribunais de justiça brasileiros, discorrendo que estão
31 fazendo a divulgação da Resolução nº 10/2018 como aprovada por esse Conselho. Discorreu sobre
32 as reuniões preparatórias para a Missão Pacaraima e Boa Vista, notificando que será apreciada uma
33 recomendação em decorrência ao indicativo de possível alteração da portaria que regulamenta o
34 acesso às fronteiras. Relatou que foi realizada uma reunião estratégica com a Comissão de Direitos
35 Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados para tratar da revisão periódica universal,
36 especialmente, do Observatório Parlamentar, explanando que será realizada outra reunião em
37 agosto/2021 para discutir sobre Instituto Nacional de Direitos Humanos (INDH). Acrescentou que
38 também foi realizada uma reunião entre a Delegação da União Europeia, CNDH, MRE e MMFDH
39 para tratar sobre o evento internacional de INDHs ainda em 2021. O Vice-Presidente Darci Frigo
40 complementou discorrendo que, na reunião entre instituições de direitos humanos, houve um
41 diálogo sobre a necessidade de apoio da estrutura do Ministério Público Federal (MPF), das
42 Defensorias Públicas dos Estados e da União e das Comissões Parlamentares dos Direitos Humanos
43 às ações do CNDH. Anunciou que a Sra. Givânia Maria da Silva, Coordenadora Nacional de
44 Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), estará presente nessa reunião
45 para debater sobre o racismo estrutural, salientando a importância de que o CNDH prepare-se para
46 esse momento. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa destacou que as pautas emergentes
47 merecem atenção, acrescentando que também será pautada a questão da politização das forças
48 policiais. **Saída da servidora Silvia Mekler da coordenação da Secretaria Executiva do**
49 **Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH, sua substituição e procedimento para a**
50 **sucessão da função – presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa apresentou
51 um breve relato sobre os fatos relacionados à substituição e ao procedimento necessário para

52 sucessão da Coordenadora-Geral da Secretaria Executiva do Conselho Nacional dos Direitos
53 Humanos. Salientou que o CNDH deixou claro o seu posicionamento unânime da necessidade de
54 obedecer a Resolução nº 41/2020, porém, até o momento não tiveram nenhum retorno da
55 SNPG/MMFDH ao pleito. Relatou que, apenas pela manhã, teve conhecimento de que o Sr. Ítalo
56 Bruno Lima Nonato foi nomeado o novo Coordenador-Geral quando a Secretaria Executiva enviou-
57 lhe a publicação do Diário Oficial. Reforçou a insistência do CNDH na obediência da resolução. A
58 Sra. Mariana de Souza Machado Neris, Secretária Nacional de Proteção Global, cumprimentou os
59 presentes e reconheceu o esforço do CNDH em apresentar todas as informações e indicações sobre
60 a avaliação em relação à composição da sua Secretaria Executiva. Acrescentou que houve a
61 apresentação de uma proposta pela SNPG de realização de um rito diferenciado da Resolução nº
62 41/2020, que não foi publicada no Diário Oficial e não possui legalidade jurídica, porém, não foi
63 acolhida pela Mesa Diretora. Relatou que também foi apresentada a dificuldade existente de
64 compreensão jurídica sobre a metodologia aprovada pelo Conselho, uma vez que a sua estrutura
65 administrativa é vinculada à SNPG. Afirmou que realmente assumiu o compromisso de realizar
66 uma devolutiva ao CNDH quando houvesse uma definição, explicando que houve um atraso na
67 avaliação e ponderação de todos os elementos que pudessem sustentar a decisão devido ao grande
68 número de pessoas afastadas para tratamento da Covid-19. Informou que o ato de exoneração da
69 Sra. Silvia Mekler foi um acordo com a própria servidora, observando que a Sra. Marcela a
70 substituiu durante o seu período de ausência, dando sequências às atividades do Conselho. Arrazoou
71 que, com base no parecer da CONJUR/MMFDH, a Secretaria realizou a escolha do Coordenador-
72 Geral através de um processo seletivo interno com candidatos com perfis adequados. Explanou que
73 o Sr. Ítalo Bruno Lima Nonato possui competências para assumir a função com a qualidade exigida,
74 inclusive, julgou que possui o perfil adequado para assumir outras iniciativas do Conselho referente
75 à execução de gastos de projetos e outros itens. Colocou-se à disposição para que possam fazer uma
76 agenda conjunta com o Sr. Ítalo Bruno Lima Nonato para construção das expectativas e informou
77 que serão enviados ofícios sobre as informações das demais pendências, as quais estão sendo
78 tratadas em conjunto com o CNDH. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa agradeceu pela
79 explanação e relatou que abrirá a palavra para manifestação dos conselheiros. Fez referência à falta
80 de publicação de atos aprovados pelo Conselho, visto que a própria Secretária Nacional mencionou
81 que a não publicação da Resolução nº 41/2020 seria fundamento jurídico para o seu não
82 cumprimento. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota entendeu que há uma questão política e

83 destacou que foi a própria SNPG que não publicou a resolução mencionada. Observou que não há
84 motivo nenhum para uma resolução de 2020 ainda não estar publicada se o Estado Brasileiro possui
85 a intenção de criar um INDH. Explanou que a Secretária Nacional poderia ter apresentado as
86 justificativas para nomear futuramente o novo Coordenador-Geral da Secretaria Executiva ao invés
87 de já tê-lo nomeado. O Conselheiro Paulo Tavares Mariante ressaltou que a questão poderia ter sido
88 tratada de forma administrativa se não estivesse relacionada ao CNDH e ilustrou que uma das
89 razões para não reconhecer a prerrogativa do CNDH na nomeação do servidor é não publicação de
90 uma portaria pelo próprio governo. Relatou que receber a informação da nomeação apenas pelo
91 Diário Oficial é um desrespeito à autonomia e independência desse Conselho, registrando o seu
92 repúdio a esse tipo de atitude. A Conselheira Virgínia Dirami Berriel afirmou que o CNDH deve ser
93 um órgão autônomo e independente, observando que a forma de nomeação do servidor foi uma
94 forma desrespeitosa ao Conselho. Compreendeu que é necessário trabalhar para empoderar essa
95 instância. O Vice-Presidente Darci Frigo registrou que o CNDH tem a prerrogativa e a autonomia
96 de nomear a sua gestão considerando os Princípios de Paris e a lei e solicitou que a SNPG/MMFDH
97 publique a resolução e recue da nomeação realizada para restabelecer o diálogo feito na Mesa
98 Diretora, em que foi proposta uma chamada pública. O Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros
99 observou que o CNDH tem o objetivo de alcançar o status de INDH, visto que a lei que o criou não
100 concedeu essa qualificação. Explicou que essa mesma lei não concedeu, estruturou ou designou
101 cargos e servidores para estar à disposição do Conselho, entendendo que essa questão precisa ser
102 reparada. Explanou que os decretos de estrutura regimental do MMFDH criaram a unidade
103 administrativa da Coordenação-Geral do CNDH, afirmando que a prerrogativa de escolha e
104 nomeação dessa coordenação é da titular no Ministério. A Secretária Nacional Mariana de Souza
105 Machado Neris agradeceu pelas contribuições e destacou que devem avançar na alteração
106 legislativa, na medida em que a discussão está relacionada ao alcance da autonomia do Conselho
107 não foi prevista em lei. Concordou que podem avançar no aprimoramento do fluxo e do
108 procedimento, explicando que não é apenas a resolução o único instrumento que deve ser pautado
109 para alcance dessa autonomia. Com relação à Resolução nº 41/2020, informou que o último
110 despacho foi realizado pelo Chefe de Gabinete da SNPG, no dia 3 de novembro de 2020,
111 devolvendo ao CNDH para que a Secretaria Executiva pudesse encaminhar para publicação no
112 Diário Oficial, entendendo que faltou monitoramento da Secretaria Executiva. Diante a
113 identificação desse caso e de outros, relatou que estão realizando um levantamento de todas as

114 pendências de publicação para dar sequência ao processo. Colocou sua equipe a disposição,
115 inclusive, a Assessora de Gabinete Caroline Aires Ferreira Vasconcelos, para contribuir na
116 construção de um fluxo mais simplificado com o CNDH. Notificou que não recebeu nenhuma
117 solicitação de publicação no Diário Oficial desde que assumiu a SNPG e sugeriu que, em outro
118 momento, o CNDH através da Mesa Diretora estabelecesse uma prioridade de definição dos
119 procedimentos administrativos. Salientou, ainda que a resolução tivesse sido publicada, a
120 CONJUR/MMFDH esclareceu que não seriam vinculantes as atribuições que estão sob a sua
121 responsabilidade. Informou que encaminhará à Consultoria Jurídica a Resolução nº 41/2020 para
122 análise da sua legalidade para que o CNDH avalie a possibilidade da sua reformulação. O
123 Presidente Yuri Michael Pereira Costa afirmou que todos os atos aprovados pelo CNDH na gestão
124 da Secretária Nacional foram encaminhados formalmente à SNPG. O Conselheiro Everaldo Bezerra
125 Patriota compreendeu que não há sentido da existência do Conselho se as suas deliberações ficarem
126 submetidas à análise da CONJUR/MMFDH e informou que convidará juristas de notório saber para
127 construção de parecer que analise o parecer da CONJUR/MMFDH. A Secretária Nacional Mariana
128 de Souza Machado Neris lembrou que houve uma consulta à CONJUR/MMFDH sobre quais atos
129 deveriam passar por publicação, explicando que existem notas técnicas que são normativas que
130 podem estar vinculadas à publicação no Diário Oficial. Afirmou que a Consultoria Jurídica não fará
131 a avaliação de mérito do que será aprovado pelo CNDH e informou que identificou várias
132 resoluções do CNDH que passaram pela SNPG e não estão mais na Secretaria devido a um
133 entendimento de fluxo equivocado, que será corrido para publicação. O Conselheiro Paulo Tavares
134 Mariante entendeu que o processo envolvendo a publicação de atos aprovados pelo CNDH deve
135 retornar a pauta o mais breve possível. O Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros
136 complementou relatando sobre a existência de Decreto nº 9.215, sugerindo a verificação desse
137 dispositivo. Finalizadas as manifestações, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa intuiu que
138 poderiam avançar, enquanto deliberação, na elaboração de parecer que analise o entendimento do
139 governo federal através da sua Consultoria Jurídica. Sugeriu que a Mesa Diretora definisse um
140 grupo de pareceristas para produção de documento técnico para apresentação ao pleno e definição
141 do encaminhamento. Além disso, discorreu que o parecer da CONJUR/MMFDH será encaminhado
142 aos conselheiros assim que encaminhado pela Secretária Nacional. O Conselheiro Herbert Borges
143 Paes de Barros observou que não se opõe ao encaminhamento, porém, relatou que é importante
144 entender o objetivo do parecer, lembrando que a Advocacia-Geral da União (AGU) é responsável

145 por estabelecer o entendimento em relação à aplicação das normas no âmbito da União. O
146 Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota explanou que o parecer será um instrumento de avaliação e
147 comparação para o CNDH, sendo que a sociedade civil poderá judicializar a matéria caso esse
148 parecer for contrário ao da CONJUR/MMFDH. Feitos todos os esclarecimentos e externadas todas
149 as opiniões e manifestações, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou em processo de
150 votação a sugestão de indicação de nomes pela Mesa Diretora para elaboração de parecer tendo
151 como escopo a análise do papel exercido pelo CNDH no Brasil, assim que apresentado o parecer
152 pela SNPG elaborado pela CONJUR/MMFDH sobre a Resolução nº 41/2020 e sobre a autonomia
153 político-administrativa do CNDH. Registrou que o parecer ficará à disposição de todos os
154 conselheiros e será pautado no pleno. Aprovada por maioria, com o registro dos seguintes votos
155 favoráveis: OAB, CNPG, UNISOL BRASIL, PF, CUT, DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP,
156 ABGLT, CONAM, DPU. Abstenções: MMFDH, MPF, MRE. **Dificuldades encontradas pelo**
157 **CNDH para cumprimento de demandas administrativas junto à Secretaria Nacional de**
158 **Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos -**
159 **SNPG/MMFDH Processos SEI 00135.210473/2021-21 e 00135.210551/2021-97 – Presidente**
160 **Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa registrou que a Secretária Nacional já
161 antecipou algumas questões relacionadas às dificuldades no fluxo administrativo com a SNPG.
162 Informou que foi encaminhado ofício, no dia 18 de maio de 2021, com 28 atos pendentes de
163 publicação e outro, no dia 21 de maio de 2021, listando outras questões pendentes. A Secretária
164 Nacional Mariana de Souza Machado Neris explicou que algumas pendências dependem de outras
165 estruturas do MMFDH, ponderando que já realizaram um levantamento para buscar uma solução.
166 Relatou que há a previsão de que a pendência relacionada ao quadro de pessoal será sanada a partir
167 da primeira semana do mês de julho, com a disponibilização de servidores terceirizados para
168 reforçar a estrutura administrativa do Conselho. Reafirmou o compromisso da SNPG em buscar as
169 soluções em relação a todas as necessidades específicas de funcionamento do CNDH, colocando a
170 Secretaria à disposição para construção de diálogo para aperfeiçoamento do seu fluxo. O Presidente
171 Yuri Michael Pereira Costa mencionou que o propósito principal desse item de pauta era dar
172 conhecimento aos conselheiros sobre os itens pendentes e reforçou a solicitação de superação das
173 questões relacionadas ao funcionamento desse Conselho. Não havendo manifestações, agradeceu a
174 presença e os esclarecimentos da Secretária Nacional. A Secretária Nacional Mariana de Souza
175 Machado Neris disponibilizou a estrutura e a equipe da SNPG para diálogo e propôs que fosse

176 elaborado *the brief* após as reuniões do CNDH, para ajuste e encaminhamento breve das
177 deliberações. Seguindo ao **Referendo a Recomendação nº 18, de 2 de junho de 2020, que**
178 **recomenda a não realização da Copa América (CONMEBOL) 2021 no Brasil e a apresentação**
179 **de informações e documentos referentes às tratativas para a realização do torneio no país e**
180 **para a garantia de que o evento não agrave a crise sanitária pandêmica – Processo SEI**
181 **00135.212084/2021-30:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa questionou se haveria alguma
182 consideração de esclarecimento e não havendo, colocou em processo de votação a referida
183 recomendação, a qual foi aprovada por maioria, com o registro dos seguintes votos favoráveis:
184 OAB, CNPG, UNISOL BRASIL, PF, CUT, DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP, ABGLT,
185 CONAM, DPU. Votos contrários: MMFDH e MRE. Abstenção: MPF. Prosseguindo à **Apreciação**
186 **de Recomendação sobre alteração de dispositivos da Portaria nº 654, de 28 de maio de 2021**
187 **(Casa Civil), que dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de**
188 **estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Anvisa, Grupo da**
189 **Missão do CNDH à Pacaraima/RR e Boa Vista/RR – convidada consultora *ad hoc* Camila**
190 **Asano:** A Sra. Camila Asano realizou a apresentação da proposta de recomendação, que possui o
191 intuito de colaborar e contribuir com o processo de conciliação de restrições excepcionais e
192 temporária de entrada no país devido à pandemia com as obrigações internacionais em que o Brasil
193 é signatário. Abrindo para manifestações dos conselheiros, o Conselheiro Joselito de Araújo Sousa
194 discorreu que possui reserva em relação ao conteúdo da recomendação referente aos Subitens C, D
195 e a proposta do art. 12 do Subitem E do Item 1, uma vez que as suas redações são muito
196 abrangentes e deixa margem para situações de difícil controle. Realizadas todas as sugestões em
197 relação às redações dos Subitens C, D e E referente ao Item 1 e do Item 2, o Presidente Yuri
198 Michael Pereira Costa colocou em processo de votação a Recomendação sobre alteração de
199 dispositivos da Portaria nº 654, de 28 de maio de 2021 (Casa Civil), com as seguintes alterações de
200 redação: “C. Revogar e abster-se de manter dispositivos que possuam conteúdos hoje existentes no:
201 i. §3º do artigo 3º; ii. parágrafo único do artigo 4º; iii. artigo 8º, incisos I a III. D. Em observância
202 ao Princípio da Legalidade, reforçar que as repatriações e deportações devem seguir os
203 procedimentos determinados nos art. 49, 50 e 51 da lei 13.445/2017, respectivamente, respeitando
204 as vedações dos art. 61 e 62 da mesma Lei e Incluir um artigo 12, com a seguinte redação
205 proposta: Art. 12. Proceder à revisão das possíveis irregularidades migratórias e sanções delas
206 decorrentes contra migrantes ingressados no território nacional até a data desta portaria,

207 *mediante solicitação, busca ativa, realização de mutirões, entre outros meios. 2. Revisar as sanções*
208 *de inabilitação ao pedido de refúgio e deportação sumária, a partir de 18 de março de 2020 até a*
209 *data de publicação da nova portaria, permitindo que as pessoas por elas atingidas possam solicitar*
210 *o que de direito entendam caso retornem ao território nacional, em especial o processamento do*
211 *pedido de refúgio.”. Aprovada por maioria, com o registro dos seguintes votos favoráveis: OAB,*
212 *CNPG, UNISOL BRASIL, CONAQ, CUT, DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP, ABGLT, CONIC,*
213 *CONAM, DPU. Votos contrários: MMFDH e MRE. Abstenção: PF. Agradeceu o trabalho*
214 *realizado pela Sra. Camila Asano, suspendendo a reunião para o almoço. Retomando a reunião no*
215 *período da tarde, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa desejou boas-vindas novamente aos*
216 *conselheiros e às pessoas que estão acompanhando a reunião pelas redes sociais. Realizou uma*
217 *breve contextualização sobre a pauta, explanando que serão enfrentadas pautas específicas*
218 *indicadas pela Mesa Diretora em sua última reunião e pautas emergentes. Prosseguindo ao **Debate***
219 ***sobre tema estratégico Racismo Estrutural, com fala de convidada/os e posterior debate e***
220 ***deliberações das/dos conselheiras/conselheiros sobre formas de atuação do CNDH na pauta –***
221 ***Presidente Yuri Costa:*** *Recepcionou a convidada Sra. Givânia Maria da Silva, agradecendo a sua*
222 *disponibilidade e passando a palavra. A Sra. Givânia Maria da Silva agradeceu o convite e salientou*
223 *que o racismo é uma patologia social, que opera de forma individual e que é levado às instituições.*
224 *Observou que o grande desafio é desarticular a estrutura racista, sobretudo, psicológica e afirmou*
225 *que não ser racista é uma obrigação constitucional, entendendo que a estratégia seria que as pessoas*
226 *fossem antirracistas. Destacou que o entendimento do racismo proporciona a compreensão dos*
227 *demaís tipos de racismo e inferiu que o principal desafio que deve ser enfrentado pelo CNDH é: a*
228 *definição do conceito direito humano focado no gênero e na raça. Registrou que uma pesquisa*
229 *lançada conjuntamente com a Organização Terra de Direito mostrou que o Presidente da República*
230 *possui o maior número de discursos institucionais racistas, seguido de deputados, senadores,*
231 *ministros, procuradores, juízes e presidentes de fundações. Reforçou a necessidade de fazer o*
232 *debate interno sobre o racismo estrutural em todos os lugares, finalizando a sua explanação. O*
233 *Presidente Yuri Michael Pereira Costa agradeceu pelas contribuições, abrindo a palavra aos*
234 *conselheiros. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota compreendeu que a convidada expôs como é*
235 *a vida da sociedade e parabenizou pela iniciativa do presidente. O Conselheiro Paulo Tavares*
236 *Mariante saudou pela exposição, a qual reforça os desafios existentes em relação ao enfrentamento*
237 *do racismo e observou que o CNDH tem que trabalhar questões de responsabilidade do Estado*

238 referente a essa pauta. O Conselheiro Getúlio Vargas de Moura Júnior parabenizou pela explanação
239 e arrazoou que apenas quem está ao lado da luta das mulheres, especialmente, negras sabe como
240 ainda existem preconceitos. Compreendeu que a luta antirracista faz parte estrutural da luta de
241 classes e salientou que o desafio do momento é fazer cada um perceber o seu papel para transformar
242 o país. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa concordou que devem entender o racismo a partir
243 das pessoas que ocupam as instituições e destacou que o país elegeu historicamente a escravização e
244 o racismo como políticas, entendendo que o papel central do CNDH é ser local de cobrança da
245 execução de políticas que compensem essa situação. O Vice-Presidente Darci Frigo agradeceu pela
246 explanação da convidada e observou que debate do racismo é um tema do Conselho, por isso a
247 Mesa Diretoria tomou a iniciativa dessa exposição. Realizou uma autocrítica ao CNDH, entendeu
248 que as comissões terão que analisar como o racismo opera em cada um dos seus temas. A
249 Conselheira Virgínia Dirami Berriel parabenizou pela excelente palestra, ressaltando a sua
250 importância para este momento em que a população negra tem sido muito atacada. Discorreu que o
251 trabalho escravo persiste no país de forma gritante e vergonhosa e ainda não possuem uma política
252 de combate. Compreendeu que o CNDH tem que avançar nessa discussão para tentar enfrentar uma
253 das piores mazelas desse país e registrou a grande presença de pessoas negras e LGBTQIs
254 realizando trabalho de telemarketing, entendendo que se trata de local de segregação. O Conselheiro
255 Rogério Giannini agradeceu a presença da convidada e observou que há muitas denúncias de
256 processo de escravização de trabalhadoras domésticas em áreas urbanas. Discorreu que a Campanha
257 Nacional de Direitos Humanos é contra o racismo e entendeu que o CFP foi um dos primeiros
258 conselhos de profissionais a se posicionar de maneira contundente em relação à discriminação racial
259 através da Resolução nº 018/2002. Registradas todas as manifestações dos conselheiros, a Sra.
260 Givânia Maria da Silva agradeceu pelas explicações e salientou a importância da educação no
261 processo de combate ao racismo, entendendo que não pode continuar insistindo na neutralidade.
262 Arrazoou que o CNDH tem um papel fundamental, colocando-se à disposição para contribuir com
263 as suas ações relacionadas à temática. Postulou sobre a importância de aprofundar o debate sobre o
264 tema, pensando, inclusive, em campanhas. A Conselheira Sandra Maria da Silva Andrade agradeceu
265 a convidada pela fala importante sobre o racismo. Prosseguindo ao **Debate e deliberações sobre**
266 **temas emergenciais – Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa informou
267 que através de uma discussão entre a Mesa Diretora e as representações das entidades surgiram dois
268 temas que podem ser enfrentados nesse momento, o primeiro estaria relacionada à forma de

269 condução do debate sobre o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e o segundo sobre a
270 politização das forças de segurança, a qual possuem a proposta de inseri-lo a partir do relato
271 preliminar da Missão em Jacarezinho/RJ. Com relação ao PNDH, relatou que é de conhecimento
272 amplo do CNDH a existência da Portaria MMFDH nº 457, de 10 de fevereiro de 2021, que propõe
273 um grupo de trabalho do próprio ministério para debater a reformulação do PNDH3. Lembrou que o
274 Conselho já elaborou uma nota, no mesmo dia da edição dessa portaria, refutando-a com
275 argumentos que entendem adequados. Informou que há duas Ações de Descumprimento de
276 Preceitos Fundamentais (ADPFs) iniciadas no Supremo Tribunal Federal (STF) por violação a
277 ordem constitucional com relação a essa portaria: ADPF nº 795 e 798, sendo que já houve uma
278 habilitação formal do CNDH em relação à ADPF nº 795. Arrazoou que foi encaminhado ofício à
279 Ministra Damares Alves, na última semana, demandando, nos termos do posicionamento anterior
280 do CNDH, informações sobre os debates que estão sendo realizados, entretanto, até o momento não
281 houve resposta. A Conselheira Márcia Regina Ribeiro Teixeira observou que existem duas questões
282 a serem trabalhadas nesse assunto, o Plano Nacional de Direitos Humanos e o Plano de Defesa de
283 Defensores dos Direitos Humanos, colocando-se à disposição da Comissão de Litigância
284 Estratégica para auxiliar no trabalho das suas ações. Questionou se houve a publicação dos
285 membros desse GT, entendendo que poderiam utilizar uma estratégia judicial em último caso, uma
286 vez que estão sendo ignorados pela Ministra. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa esclareceu
287 que a Portaria MMFDH nº 457/2021 apenas trata especificamente da indicação de representações e
288 não indica nomes, relatando que desconhece a publicação de ato fazendo essa designação. Observou
289 que a discussão não está pautada na participação do CNDH no GT, mas pelo entendimento de que a
290 proposta apresentada pelo MMFDH é destoante do que deve ser feito a partir dos inúmeros
291 princípios aplicados aos direitos humanos. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota afirmou que o
292 trabalho da Conselheira Márcia Regina Ribeiro Teixeira será bem-vindo à Comissão de Litigância
293 Estratégica. A Conselheira Márcia Regina Ribeiro Teixeira compreendeu que a postulação do
294 Conselho é de que tenha transparência e que o ato seja modificado, no entanto, entendeu que seria
295 importante o CNDH tomar conhecimento dos trabalhos do GT. O Presidente Yuri Michael Pereira
296 Costa informou que o ofício encaminhado possui exatamente o propósito de trazer conhecimento ao
297 Conselho das discussões do GT. Inferiu que Comissão de Litigância Estratégica teria a competência
298 de elaborar uma medida mais imediata, como por exemplo, buscar a publicidade das informações
299 para que tenham acesso às discussões. O Conselheiro Paulo Tavares Mariante inferiu que a própria

300 discussão realizada no período da manhã sobre a Secretaria Executiva do CNDH já é informadora
301 referente ao PNDH, destacando que o sigilo das informações é absurdo. Salientou que nada de bom
302 vira desse processo, visto que seria necessária a realização de uma nova conferência nacional se
303 houvesse alguma intenção de aprimoramento. Entendeu que é necessário fazer um esforço de
304 enfrentamento dessa portaria e denunciar caso não seja possível impedir a edição do decreto. O
305 Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota explanou que a Comissão de Litigância Estratégica estudará
306 a possibilidade de realizar uma medida no âmbito da justiça e apresentará as propostas para
307 deliberação do plenário. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou a presidência à
308 disposição, observando que o histórico de provocações e omissões por parte do MMFDH em
309 relação às respostas está sendo construído. Passando ao **Relato e encaminhamentos da Missão**
310 **realizada pelo CNDH a Jacarezinho, Rio de Janeiro/RJ, nos dias 8 e 9 de junho de 2021 –**
311 **conselheiras e conselheiros presentes na Missão:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa
312 explicou que essa missão em Jacarezinho/RJ foi deliberada pelo pleno e está sendo realizada com a
313 assessoria do Sr. João Vitor, agradecendo a sua colaboração. Elencou os componentes e realizou um
314 breve relato histórico das ações realizadas durante o período da missão. Acrescentou que está sendo
315 organizado, com auxílio do Presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ),
316 reuniões com o Tribunal de Justiça e a Procuradoria de Justiça do Rio de Janeiro. Salientou que a
317 missão ainda não está concluída, resumindo como pontos evidentes: necessidade de proteção dos
318 familiares das vítimas; fortalecimento das entidades do estado do Rio de Janeiro que atuam com os
319 direitos humanos; transparência das informações da operação devido à atribuição de sigilo; e
320 necessidade de propor a construção de um referencial pelo CNDH, prevendo uma forma mais
321 padronizada para atuação do Estado Brasileiro em casos semelhantes. O Conselheiro Everaldo
322 Bezerra Patriota complementou destacando a necessidade do CNDH se preocupar com o limite das
323 forças de segurança para que não haja outras chacinas. A Conselheira Virgínia Dirami Berriel
324 afirmou a necessidade de elaborar uma política pública de segurança e ter um conselho de
325 segurança pública, inferindo que o CNDH pode contribuir muito para essas questões. O Vice-
326 Presidente Darci Frigo refletiu que o processo está criando uma ameaça à democracia, ressaltando a
327 necessidade de definir ações de curto e médio prazo pelo CNDH. Com relação às autoridades,
328 ponderou que não podem se furtar de pensar na abertura de uma investigação por parte do
329 Conselho, uma vez que as medidas sugeridas não foram atendidas. O Conselheiro Everaldo Bezerra
330 Patriota informou que a Comissão de Segurança possui alguns membros trabalhando em uma

331 proposta de política de segurança pública e entendeu que o CNDH deve enfrentar a questão da
332 responsabilização apesar das fragilidades estruturais existentes. A Conselheira Márcia Regina
333 Ribeiro Teixeira concordou com a necessidade de realização de estratégias mais propositivas e
334 duras e a Conselheira Romi Márcia Bencker questionou sobre as investigações independentes
335 solicitadas por várias organizações. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota explicou que o
336 Ministério Público do Rio Janeiro está fazendo essa investigação independente e afirmou que todos
337 os locais dos crimes foram descaracterizados. A Conselheira Elisabeth Villela Costa discorreu que
338 as famílias das vítimas produziram muitos materiais que não estão sendo considerados nas
339 investigações, sugerindo solicitar esses materiais às lideranças comunitárias. O Conselheiro
340 Everaldo Bezerra Patriota explanou que esse material já foi solicitado. Com relação à politização
341 das forças policiais, a Conselheira Elisabeth Villela Costa questionou se os protocolos das ações
342 policiais podem ser utilizados para análise e o Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota explicou que a
343 ADPF nº 635 tem o objetivo de divulgar esses protocolos, observando que a polícia do Rio de
344 Janeiro decretou o sigilo de todos os dados das operações diante essa questão. Destacado que a Lei
345 de Acesso à Informação é o parâmetro legal que estabelece o que pode ou não ser publicizado,
346 sendo que a regra é a transparência, finalizadas as manifestações, o Presidente Yuri Michael Pereira
347 Costa explicou que a pauta definida para o período da tarde foi concluída, visto que os demais itens
348 pendentes serão tratados no segundo dia de reunião. O Vice-Presidente Darci Frigo ponderou que,
349 talvez, o relato da Comissão de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações
350 Internacionais em Matéria de Direitos Humanos terá que ser alterado diante a sua participação no
351 debate no Senado Federal. Informou que houve uma alteração no curso da votação da PL contra os
352 despejos no Senado Federal. **Conclusão do 1º dia da 21ª Reunião Extraordinária do CNDH -**
353 **Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa registrou o seu agradecimento à
354 participação de todos, encerrando o 1º dia de reunião. **9h - Abertura do 2º dia de Reunião**
355 **Extraordinária do CNDH - Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa
356 iniciou o 2º dia de reunião cumprimentando a todos e desejando boas-vindas aos conselheiros e às
357 pessoas que estão acompanhando a reunião pelas redes sociais, observando que ainda não possui
358 quórum para deliberação. Seguindo aos **Informes e orientações gerais – Presidente Yuri Costa:**
359 Informou que houve alteração na composição do CNDH em relação à representação do MMFDH,
360 sendo que o Conselheiro Eduardo Miranda Freire de Melo permanecera como titular e foram
361 nomeados como 1º Suplente o Jailton Almeida do Nascimento e 2º Suplente Caroline Aires Ferreira

362 Vasconcelos. Registrou que o Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros realizou a sua explanação
363 de despedida antes de iniciar a reunião, o qual recebeu os agradecimentos pelos demais
364 conselheiros. O Conselheiro Marcelo Chalhó informou sobre o falecimento do Pesquisador e
365 Professor Antonio Ivo de Carvalho, um dos responsáveis pela construção da proposta do Sistema
366 Único de Saúde (SUS), solicitando que o CNDH emita uma declaração de pesar à Fiocruz e à sua
367 família. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota comunicou que, juntamente com o Conselheiro
368 Marcelo Chalhó, foi incumbido de representar o Conselho na Comissão Eleitoral do Comitê de
369 Combate a Tortura, porém, foi informado pelo Conselho Federal da OAB, que não poderia se
370 candidatar para que integrasse essa Comissão, explanando que estão declinando da indicação para
371 não prejudicar essa participação. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa alegou que essa saída
372 será formalizada ainda nesse dia se possível. A Conselheira Virgínia Dirami Berriel notificou sobre
373 o lançamento do Almanaque LGBTQIA+ no dia 20 de junho, às 16h, de forma virtual. O
374 Conselheiro Getúlio Vargas de Moura Júnior registrou a ausência do Vice-Presidente Darci Frigo
375 por estar participando de audiência temática do Senado Federal cerca do projeto de lei contra os
376 despejos que deverá ser votado na próxima semana, observando a existência de sete falas contra e
377 três falas a favor. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa registrou as justificativas de ausência da
378 Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos, do Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin e da
379 Conselheira Mônica de Alkmim Moreira Nunes. O Conselheiro Paulo Tavares Mariante informou
380 sobre a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que restabeleceu uma série de condenações
381 do tribunal do júri contra agentes públicos que participaram da operação para conter uma rebelião
382 de detentos no antigo Complexo Penitenciário do Carandiru. Com a instalação do quórum, o
383 Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou em processo de votação a sugestão de elaboração de
384 nota de pesar à Fiocruz e à família do Pesquisador e Professor Antonio Ivo de Carvalho, explicando
385 que o teor será apreciado pela Mesa Diretora e encaminhado aos conselheiros, a qual foi aprovada
386 unanimidade dos presentes por aclamação. Prosseguindo ao **Relato encaminhamentos da 5ª**
387 **Reunião da Comissão Especial para revisão do Regimento Interno do Conselho Nacional dos**
388 **Direitos Humanos – Presidente Yuri Costa:** Discorreu que a Comissão avançará para os trechos
389 finais do Regimento Interno na próxima reunião, lembrando que estão realizando apenas uma
390 atualização do texto, conquanto estejam fazendo um trabalho de incorporação de diferentes
391 resoluções de relevância. Passando ao **Relato da 12ª Reunião do Grupo Referência do Pacto**
392 **Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos - Conselheira Eneida Guimarães:** O Presidente

393 Yuri Michael Pereira Costa salientou que a Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos
394 justificou a sua ausência desde o primeiro dia de reunião, questionando se houve a delegação desse
395 relato a outro conselheiro. Não havendo, passou ao próximo item de pauta. **Relato e**
396 **encaminhamentos da 17ª Reunião da Comissão Permanente de Direito ao Trabalho, à**
397 **Educação e à Seguridade Social – Conselheira Virgínia Berriel:** A Conselheira Virgínia Dirami
398 Berriel relatou que a Comissão não realizou uma reunião formal, sendo que realizaram apenas uma
399 discussão com algumas entidades. Informou que a próxima reunião será realizada no dia 30 de
400 junho e relatou sobre a situação dos ataques aos movimentos sindicais e aos dirigentes sindicais
401 relacionados, principalmente, à reforma administrativa, que será tratada na próxima reunião.
402 Informou que será realizada uma *live* com a participação de sindicatos e de movimentos sociais
403 contra o desmonte da Petrobras e em defesa da liberdade sindical no dia 12 de junho, de 11h as 14h.
404 Destacou a rejeição do veto presidencial ao Projeto de Lei nº 3.477/2020 pela Câmara e pelo
405 Senado Federal, parabenizando a Comissão pela elaboração da recomendação. Prosseguindo ao
406 **Relato da 8ª Reunião da Comissão Especial sobre Participação Social - Conselheira Mônica**
407 **Alkmim:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa salientou que a Conselheira Mônica Alkmim
408 Moreira Nunes também justificou a sua ausência, questionando se houve a delegação desse relato a
409 outro conselheiro. Não havendo, passou ao próximo item de pauta. **Informes de deliberações da**
410 **Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População**
411 **LGBTI, Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo - Conselheiras Sandra**
412 **Maria da Silva Andrade, Eneida Guimarães e Lucileine da Silva Souza e Conselheiro Paulo**
413 **Mariante:** O Conselheiro Paulo Tavares Mariante informou que a Comissão elaborou proposta de
414 nota pública sobre a denúncia de prática racista em abordagem policial no estado de Goiás,
415 explanando que essa nota teve o propósito de manifestar o repúdio às imagens gravadas pela própria
416 vítima. Apresentada a proposta de nota pública e não havendo nenhuma manifestação, o Presidente
417 Yuri Michael Pereira Costa colocou-a em processo de votação, sendo aprovada por unanimidade,
418 com o registro dos seguintes votos favoráveis: MRE, OAB, PF, CNPG, UNISOL BRASIL, CUT,
419 MNMMR, FNDC, CFP, ABGLT, CONIC, CONAM, DPU, DHESCA BRASIL. O Conselheiro
420 Paulo Tavares Mariante acrescentou que a Comissão também elaborou uma proposta de
421 recomendação sobre a adoção de medidas referentes à Portaria nº 13, da Secretaria de Ciência,
422 Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos (SCTIE) do Ministério da Saúde, que tornou pública a
423 decisão de incorporar o implante subdérmico de etonogestrel, na prevenção da gravidez

424 não planejada em grupos específicos de mulheres, no âmbito do SUS. Salientou que essa portaria
425 vem sendo objeto de críticas e questionamentos por parte de inúmeras associações e entidades,
426 exemplificando. Elencou os principais pontos da recomendação, apresentando-a. A Conselheira
427 Márcia Regina Ribeiro Teixeira complementou a explanação, apresentando as principais
428 fundamentações de trabalho para elaboração da recomendação. Finalizadas as manifestações, o
429 Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou a proposta de recomendação em processo de
430 votação, sendo aprovada por maioria, com o registro dos seguintes votos favoráveis: OAB, CNPG,
431 UNISOL BRASIL, CUT, DHESCA BRASIL, MNMMR, FNDC, CFP, ABGLT, CONIC,
432 CONAM, DPU. Abstenções: MRE, MPF, PF. Dando sequência, o Conselheiro Paulo Tavares
433 Mariante apresentou a proposta de recomendação ao MEC sobre a revogação das
434 alterações já efetuadas nos Editais do Programa Nacional do Livro Didático que excluam os
435 compromissos com a agenda da não violência contra as mulheres, a promoção das culturas
436 quilombolas e dos povos do campo, a temática de gênero igualitária, bem como demais enfoques de
437 gênero e diversidade e que não sejam feitas novas alterações nos editais nesse sentido. Destacou os
438 principais pontos abordados, ponderando que é muito grave que os livros didáticos sofram esse tipo
439 de ataque e esse retrocesso. Não havendo observações, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa
440 colocou a proposta de recomendação em processo de votação, sendo aprovada por maioria, com o
441 registro dos seguintes votos favoráveis: OAB, CNPG, UNISOL BRASIL, PF, CUT, DHESCA
442 BRASIL, MNMMR, FNDC, CFP, ABGLT, CONIC, CONAM, DPU. Abstenções: MRE, MPF.
443 Finalizando o relato, o Conselheiro Paulo Tavares Mariante informou que a Comissão avançará, em
444 sua próxima reunião, sobre o caso de discriminação da Basf, inclusive, convidará a Comissão do
445 Trabalho para contribuições. A Conselheira Márcia Regina Ribeiro Teixeira acrescentou que
446 também foi proposta a realização de uma discussão e *live* sobre violência política, na qual pudesse
447 haver a escuta de algumas instituições por região. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa sugeriu
448 realizar uma discussão com a Mesa Diretora sobre a proposta de discussão para posterior aprovação
449 do pleno, porém, observou que seria importante incluir o Grupo de Trabalho de Violência Política
450 na *Internet* nessa discussão e que será necessário acompanhar a proposta da realização de *live*, uma
451 vez que os servidores do CNDH estão em trabalho remoto. Inferiu que poderiam, talvez, construir
452 uma parceria com alguma instituição que possui a capacidade de realizar essa *live*. O Conselheiro
453 Marcelo Chalréo registrou que participou da pesquisa realizada pela Organização Terra de Direitos
454 em relação ao morticínio de personagens político-partidárias juntamente com a Ex-Conselheira

455 Sandra Andrade, sugerindo incluir um capítulo específico na proposição, tratando da necessidade de
456 que essas situações sejam priorizadas nas investigações. A Conselheira Elisabeth Villela Costa
457 concordou que esse tema possui transversalidade com o Grupo de Trabalho de Violência Política na
458 *Internet*, acrescentando que esse GT pensou, inclusive, na possibilidade de realizar estudo de caso
459 sobre a vereadora de Niterói/RJ. Disponibilizou o GT para contribuir nos trabalhos da Comissão. O
460 Conselheiro Paulo Tavares Mariante compreendeu que é necessário elaborar medidas que cobrem
461 as responsabilidades das autoridades locais e a Conselheira Vivian Oliveira Mendes observou que a
462 violência política de gênero manifesta-se de diversas formas e tem sido utilizada como principal
463 método para impedir o trabalho das mulheres parlamentares. Informou que algumas parlamentares
464 do estado de São Paulo propuseram projetos de lei para inclusão da violência política de gênero
465 como uma das motivações para cassação de mandato nos regimentos. Disponibilizou-se a participar
466 da construção da missão. A Conselheira Márcia Regina Ribeiro Teixeira afirmou que todas as
467 sugestões foram anotadas e serão levadas à Comissão. Passando às **Deliberações da Comissão**
468 **Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão – Conselheira Elisabeth**
469 **Villela Costa:** A Conselheira Elisabeth Villela Costa relatou que não possui nenhum informe nesse
470 momento, uma vez que a reunião da Comissão será realizada na próxima semana. Seguindo ao
471 **Relato da 11ª Reunião da Comissão Permanente de Direito à Cidade - Conselheira Márcia**
472 **Regina Ribeiro Teixeira e Conselheiro Getúlio Vargas:** O Conselheiro Getúlio Vargas de Moura
473 Júnior informou que a Comissão, em pareceria com a Mesa Diretora e a Comissão Terra, tem feito
474 uma rodada de reuniões sobre os despejos e remoções durante o período de pandemia com os
475 Tribunais de Justiça, nas quais constataram algumas práticas muito interessantes desses tribunais.
476 Explanou que a liminar do Ministro Barroso que está sendo votada, que suspende os despejos por
477 seis meses no âmbito da ADPF nº 828, já causou efeito nos debates realizados nesta semana e
478 sensibilizou os senadores os quais deverão votar o projeto contra os despejos. Acrescentou que está
479 sendo feito debate através do Grupo de Trabalho sobre a recomendação referente aos despejos
480 administrativos e agradeceu ao Presidente e à assessora da Comissão pelo célere trabalho realizado
481 no recebimento das denúncias de despejos. Seguindo ao **Relato da 22ª Reunião da Comissão**
482 **Permanente de Direito Humano à Alimentação Adequada – Conselheiro Getúlio Vargas:**
483 Relatou que não houve reunião dessa Comissão, informando apenas sobre a elaboração de nota
484 referente à importância do reconhecimento do CNDH da luta pela alimentação adequada no Brasil e
485 reafirmando a entrada como *amicus curiae* na ADPF da Segurança Alimentar, no Dia da Segurança

486 Alimentar. Passando ao **Relato da 2ª Reunião da Comissão Especial sobre Direitos Humanos e**
487 **Pandemia – Conselheiros Rogério Giannini e Getúlio Vargas:** O Conselheiro Getúlio Vargas de
488 Moura Júnior explanou que a reunião dessa Comissão será realizada na próxima segunda-feira,
489 informando que há o entendimento de que é fundamental estruturar uma denúncia de violação dos
490 direitos humanos no enfrentamento da pandemia para a CPI da Covid. O Conselheiro Rogério
491 Giannini complementou registrando o grande número de denúncias recebidas. O Presidente Yuri
492 Michael Pereira Costa lembrou que todos os conselheiros compõem essa Comissão, solicitando que
493 o convite de participação seja reforçado devido à importância da presença de todos. Seguindo aos
494 **Encaminhamentos da Subcomissão Permanente de Políticas de Drogas e Saúde Mental –**
495 **Conselheiro Rogério Giannini:** O Conselheiro Rogério Giannini relatou sobre o processo dos
496 seminários estratégicos relacionado às políticas de drogas e saúde mental e discorreu sobre a
497 preocupação relacionada à resolução aprovada pelo Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas
498 (CONAD) sobre a regulamentação de internação de crianças e adolescentes em comunidades
499 terapêuticas, que passará a vigorar a partir do dia 24 de julho de 2021. Informou que esse Conselho,
500 o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e o Conselho
501 Nacional de Saúde (CNS) publicaram uma resolução conjunta, em outubro de 2020, contrapondo a
502 essa decisão do CONAD, o que não surtiu nenhum efeito. Destacou que decidiram pela elaboração
503 de uma nova resolução, reafirmando o posicionamento contrário à resolução do CONAD, que será
504 submetida à aprovação desse Conselho, provavelmente, na próxima reunião plenária. Passando ao
505 **Relato e encaminhamentos da 22ª Reunião da Comissão Permanente Defensores dos Direitos**
506 **Humanos e Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais – Conselheira Márcia**
507 **Regina Ribeiro Teixeira e Conselheiro Dinamam Tuxá:** A Conselheira Márcia Regina Ribeiro
508 Teixeira arrazoou que a Comissão não se reuniu neste último mês, informando que a reunião será
509 realizada na próxima semana. Relatou que receberam três demandas referentes aos ataques à
510 Fundação Nacional do Índio (FUNAI), à Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e às
511 lideranças indígenas, sendo que analisaram alguns documentos encaminhados pela SNPG sobre a
512 instauração do inquérito policial contra a liderança indígena Sônia Guajajara e de outra liderança.
513 Explanou que a APIB ingressou com uma ação de *habeas corpus* para o trancamento do inquérito
514 policial, o qual foi acolhido de pronto e suspendeu o inquérito. Relatou que estão propondo a
515 elaboração de uma recomendação relacionada à falta de aparelhamento da FUNAI e entendeu que
516 seria importante realizar um levantamento das denúncias sobre lideranças indígenas para

517 sistematização e buscar outras estratégias para além dessa recomendação. O Presidente Yuri
518 Michael Pereira Costa explicou que as coordenações das comissões possuem total autonomia para
519 fazer os seus encaminhamentos e o Conselheiro Marcelo Chalréo sugeriu que a Comissão
520 considerasse estudar possíveis medidas do CNDH em face da Presidência da FUNAI. A
521 Conselheira Márcia Regina Ribeiro Teixeira informou que o Tribunal Regional Federal da 4^a
522 Região condenou a União a adotar medidas necessárias para a elaboração de um Plano Nacional de
523 Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos no prazo de 90 dias, explanando que estão
524 sugerindo que a Comissão de Litigância Estratégica analisasse a possibilidade do CNDH ser
525 inserido nessa ação. Arrazouo que a Comissão decidirá o que será feito com a demanda dos
526 Defensores dos Direitos Humanos Joel Luiz Costa e Jeferson Amadeu que estão enfrentando muita
527 pressão por força do massacre de Jacarezinho/RJ. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota explicou
528 que a Comissão deve fazer a demanda à Mesa Diretora para que seja analisada a proposta de
529 inserção do Conselho pela Comissão de Litigância Estratégica para análise. Prosseguindo ao **Relato**
530 **e encaminhamento da 30^a Reunião da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos**
531 **Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas**
532 **por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em**
533 **Conflitos Fundiários – Conselheiras Sandra Maria da Silva Andrade, Ayala Lindabeth Dias**
534 **Ferreira; Conselheiros Leandro Scalabrin e Dinamam Tuxá: O Conselheiro Marcelo Chalréo**
535 registrou que a Comissão já aprovou a realização de uma audiência pública para tratar sobre a
536 questão quilombola referente às ações que estão impedindo o andamento de procedimentos de
537 titulação dos seus territórios. Explanou que estão sugerindo que essa audiência seja realizada dos
538 dias 12 a 16 de julho. Acrescentou que estão trabalhando uma recomendação específica sobre o
539 adiamento da revisão dos planos diretores das cidades durante a pandemia e que está sendo
540 construído um grupo de trabalho para dar curso à aplicação, divulgação e incidência da Resolução
541 CNJ nº 287 em relação ao Sistema de Justiça. Informou que participou da reunião com a assessoria
542 da Corregedoria do CNJ relativa aos procedimentos de grilagem de terras da região de Matopiba, na
543 qual o assessor colocou-se a disposição para receber denúncias concretas. Relatou que será
544 realizada uma reunião com o Coordenador dos Fóruns dos Corregedores provavelmente no dia 14
545 de junho, sendo que a ideia é apresentar um relatório sucinto ao CNDH, propondo, inclusive, a
546 possibilidade de realizar uma roda de conversa com convidados. O Presidente Yuri Michael Pereira
547 Costa explicou que é salutar articular com antecedência a realização da audiência pública para

548 tentar construí-la por meio de parceria ou tentar disponibilizar a estrutura necessária. O Conselheiro
549 Marcelo Chalréo informou que cerca de 500 lideranças indígenas estão se direcionando para
550 Brasília por força da pauta indígena. Em seguida, apresentou resumidamente a proposta de
551 recomendação sobre a suspensão da tramitação, no âmbito do Senado Federal, do projeto de lei que
552 institui a lei geral do licenciamento ambiental enquanto perdurar o quadro pandêmico no Brasil,
553 assim como, quando de sua retomada, seja garantido amplo debate com a sociedade brasileira
554 através dos meios e mecanismos existentes, em espaço de tempo razoável e duradouro que
555 contemple amplamente a participação essencial e necessária dos atores sociais interessados no tema.
556 Não havendo considerações, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa iniciou o processo de votação
557 da proposta de recomendação, todavia, o processo foi suspenso com constatação da inexistência de
558 quórum, registrando que retomará assim que for reinstalado o quórum. Passando aos **Informes e**
559 **deliberações da Comissão de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações**
560 **Internacionais em Matéria de Direitos Humanos – Vice-Presidente Darci Frigo:** O Vice-
561 Presidente Darci Frigo relatou que a Comissão reuniu-se no dia 1º de junho, na qual trabalhou na
562 construção do seu planejamento e definiu uma série de ações em relação à transformação do CNDH
563 em INDH com base em reuniões e outros instrumentos construídos no período. O Presidente Yuri
564 Michael Pereira Costa complementou discorrendo que há um processo de aproximação com a
565 delegação da União Europeia, sendo que estão pensando na construção de um evento e de um
566 documento técnico que analise a questão do INDH, inclusive, na perspectiva de comparação com
567 outros INDH. Informou que há uma reunião de trabalho agendada para a próxima semana entre a
568 Secretaria Executiva do CNDH e um representante da União Europeia. O Vice-Presidente Darci
569 Frigo acrescentou que a Comissão organizou ações ligadas à prioridade de monitoramento das
570 obrigações internacionais assumidas pelo Estado Brasileiro, explicando que a ideia é realizar três
571 vídeos conferências com representantes dos ministérios responsáveis pela política externa para
572 discutir essa questão relacionada à matéria de direitos humanos no âmbito da Organizações das
573 Nações Unidas (ONU), da Organização dos Estados Americanos (OEA) e de outros espaços
574 multilaterais de direitos humanos. Arrazou que existe uma proposta de realizar uma reunião com o
575 governo brasileiro referente às patentes das vacinas. Seguindo ao **Relato da 5ª e 6ª Reunião do**
576 **Grupo de Trabalho constituído a partir de medida cautelar deferida pelo STF na ADPF n.º**
577 **742, que tem por finalidade debater, aprovar e monitorar a execução de Plano Nacional de**
578 **Combate aos Efeitos da Pandemia de Covid-19 nas Comunidades Quilombolas Processo - SEI**

579 **nº 90790.001104/2020-27 – Vice-Presidente Darci Frigo:** O Vice-Presidente Darci Frigo
580 informou que a próxima reunião do GT será realizada no dia 16 de junho, tendo em vista que o
581 Ministro Edson Fachin manifestou-se em relação ao conjunto de petições encaminhadas à ADPF,
582 salientando que ainda não foi vencida a agenda da vacina e das medidas sanitárias. Discorreu que a
583 CONAQ está realizando um levantamento nos estados para uma informação mais precisa sobre o
584 alcance da vacinação. Havendo quórum para deliberação, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa
585 retomou o processo de votação da proposta recomendação sobre a suspensão da tramitação, no
586 âmbito do Senado Federal, do projeto de lei que institui a lei geral do licenciamento ambiental
587 enquanto perdurar o quadro pandêmico no Brasil, assim como, quando de sua retomada, seja
588 garantido amplo debate com a sociedade brasileira através dos meios e mecanismos existentes, em
589 espaço de tempo razoável e duradouro que contemple amplamente a participação essencial e
590 necessária dos atores sociais interessados no tema. Aprovada por maioria, com o registro dos
591 seguintes votos favoráveis: OAB, CNPG, UNISOL BRASIL, PF, DHESCA BRASIL, MNMMR,
592 CFP, ABGLT, CONIC, DPU, ENEGRECER. Abstenção: MRE. **Informes e deliberações do**
593 **Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos e Enfrentamento da Violência Política na**
594 **Internet – Conselheira Elisabeth Villela Costa:** Retirado de pauta devido à ausência da
595 Conselheira. **Relato e encaminhamentos da 11ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre**
596 **Mineração, Meio ambiente e Direitos Humanos – Conselheiro Leandro Scalabrin:** Retirado de
597 pauta devido à ausência do Conselheiro. Seguindo ao **Relato e encaminhamento da 28ª Reunião**
598 **da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua – Conselheira**
599 **Mairla da Silva Feitosa e Conselheiro Eduardo de Carvalho Mota:** O Conselheiro Eduardo de
600 Carvalho Mota registrou os membros presentes na reunião da Comissão, indicando como principais
601 itens de pauta trabalhados: Item 1. Denúncias recebidas; Item 2. Sinalização de diálogo mais
602 próximo com a Comissão de Segurança Pública para tratar sobre a questão da violência policial
603 contra a população em situação de rua; Item 3. Funcionamento de grupos de trabalho internos; Item
604 4. Aprovação de atuação conjunta com a Subcomissão de Política de Drogas e Saúde Mental. O
605 Presidente Yuri Michael Pereira Costa agradeceu o trabalho realizado à frente da Comissão e
606 salientou as ações realizadas pelo CNDH referente ao Plano Nacional para a População em Situação
607 de Rua. Prosseguindo ao **Relato da 11ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre o Serviço de**
608 **Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno**
609 **Mental em Conflito com a Lei (EAP) – Conselheiro Rogério Giannini:** O Conselheiro Rogério

610 Giannini declinou do relato, uma vez que apresentou os informes na última reunião e não houve
611 nenhum avanço até o momento. Passando ao **Relato e encaminhamentos da 2ª Reunião da**
612 **Comissão Permanente sobre Segurança Pública e Direitos Humanos – Conselheiro Everaldo**
613 **Patriota:** O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota informou que a Comissão realizou uma
614 discussão muito produtiva sobre a missão em Jacarezinho/RJ com a participação do Presidente do
615 CNDH. Com relação ao **Relato da 3ª Reunião da Comissão de Litigância Estratégica –**
616 **conselheiro Everaldo Patriota:** Registrou que não há novidades em relação à Comissão, relatando
617 que apenas foi construído um regimento próprio que será apresentado na próxima reunião do
618 CNDH. Aproveitando a existência de quórum, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa sugeriu
619 verificar a possibilidade de recomposição à Comissão Eleitoral do Comitê de Combate a Tortura.
620 Feita uma breve síntese sobre a necessidade de alteração das indicações pelo Conselheiro Everaldo
621 Bezerra Patriota, questionou se algum conselheiro se disponibilizaria. Disponibilizaram a
622 Conselheira Márcia Regina Ribeiro Teixeira e o Conselheiro Paulo Tavares Mariante. **Relato da**
623 **Reunião do Grupo de Trabalho sobre Proteção aos Direitos das Pessoas em Situação de**
624 **Deslocamentos Compulsórios - Conselheira Eneida Guimarães:** Retirado de pauta devido à
625 ausência da Conselheira. Prosseguindo ao **relato da 4ª Reunião do Observatório dos Direitos**
626 **Humanos do Poder Judiciário do Conselho Nacional de Justiça - Presidente Yuri Costa:** O
627 Presidente Yuri Michael Pereira Costa registrou que não possui nenhum relato a ser realizado,
628 passando ao próximo item de pauta. **Relato da 24ª Reunião da Comissão Permanente dos**
629 **Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade – Conselheira Vivian Mendes:** A
630 Conselheira Vivian Oliveira Mendes registrou também que a Comissão não possui nenhum relato a
631 ser feito, uma vez que não realizou a sua reunião no mês de junho. Antes de encerrar a reunião, o
632 Presidente Yuri Michael Pereira Costa destacou que a dificuldade de quórum reflete o acúmulo das
633 atribuições das instituições e pessoas que atuam no âmbito da defesa dos direitos humanos.
634 **Conclusão e Encerramento da 21ª Reunião Extraordinária do CNDH - Presidente Yuri Costa:**
635 O Presidente Yuri Michael Pereira Costa registrou o seu agradecimento à participação de todos,
636 finalizando a reunião.